



Plano de Gestão

do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

2025-2026

Plano de Gestão

do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

2025-2026



Plano de Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins 2025-2026

Permite-se a reprodução desta publicação em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins lucrativos.

Elaboração

Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional

Equipe

Heverson de Almeida Braga
Kellen Cristina Soares Wisniewski
Maria Fernanda
João Kennedy Batista Lima
Gabriel de Oliveira Rosal
Lunna Kathellyn Monteiro dos Santos

Revisão

Sthefan Bravin Ponche
Rafaela Martins Melo Medeiros

Projeto Gráfico/Diagramação

Ronaldo Cordeiro

Fotos

ASCOM – TCETO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T631p	Tocantins. Tribunal de Contas. Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional Plano de Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins 2025-2026 [recurso eletrônico] / Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional. --- Palmas, TO: TCE-TO, 2025. E-Book: (PDF). 1. TCETO – Plano de gestão – 2025/2026. 2. Gestão pública. 3. Planejamento I. Título. CDD - 352.34 CDU - 351.94
-------	---

Ficha catalográfica: Biblioteca Conselheiro José Ribamar Meneses (TCETO)
SMS-CRB-2/635

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Av. Teotônio Segurado, Quadra 102 Norte Conjunto 01, Lotes 01 e 02.
77006-002 – Palmas – TO
Fone: (63) 3232-5800

www.tceto.tc.br

Mensagem do Presidente

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) entra no biênio 2025-2026 reafirmando seu compromisso com a boa governança, o controle responsável e uma atuação cada vez mais ágil e conectada às necessidades da sociedade. Este Plano de Gestão é o resultado de um trabalho coletivo que reflete a maturidade institucional e a clareza dos caminhos que escolhemos trilhar.

Desde que adotou o planejamento estratégico como ferramenta de governança, o tribunal vem fortalecendo uma cultura organizacional voltada ao futuro, com foco em resultados concretos e mensuráveis. Ao estabelecer metas claras, com indicadores quantificáveis e cronogramas até 2030, o documento consolida um processo de evolução constante, demonstra a busca por resultados e reforça a capacidade de planejar com visão estratégica.

A construção do Plano de Gestão 2025-2026 contou com a colaboração ativa de servidores de todas as áreas, por meio de uma metodologia participativa que envolveu diagnósticos técnicos, análise de riscos, consulta à sociedade e priorização de iniciativas pelo Comitê Institucional de Governança. Esse processo foi fundamental para alinhar os projetos às reais necessidades da sociedade e aos desafios do serviço público.

A governança institucional ganha ainda mais robustez com o fortalecimento do Escritório Corporativo de Projetos, responsável por garantir o alinhamento, o acompanhamento e a efetividade das ações. O modelo permite que as propostas sejam desenvolvidas com eficiência, transparência e foco nos resultados esperados.

Seguimos investindo no fortalecimento da atividade finalística, com destaque para o controle concomitante, ou seja, em tempo real, o uso de inteligência artificial e a busca por soluções consensuais que previnam prejuízos e assegurem maior agilidade às decisões do Tribunal. Iniciativas como o “TCE de Olho” e o uso de painéis de dados são exemplos da capacidade de inovar com propósito e impacto.

No entanto, é sempre importante ressaltar: mais do que fiscalizar, o Tribunal se propõe a orientar, dialogar e contribuir para o aprimoramento da administração pública. Isso se reflete nas ações educativas, na valorização dos servidores, na transparência ativa e na ampliação do controle social.

É com esse espírito — responsável, técnico e participativo — que apresentamos o Plano de Gestão 2025-2026. Um documento que expressa a missão institucional do TCETO com a consciência de que é preciso fazer a diferença na vida das pessoas. Afinal para o TCETO, o cidadão deve estar no controle, sempre!



Cons. Alberto Sevilha
Presidente TCETO



Sumário

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS..... 7

Identidade, Missão e Visão..... 9

Atuação do Tribunal, Competência e Jurisdição..... 10

Mapa de Jurisdicionado por Região..... 11

Estrutura Organizacional..... 12

Estrutura de Governança..... 13

Cadeia de Valor..... 14

Planejamento Estratégico..... 15

Mapa Estratégico..... 16

Plano de Gestão 2025-2026..... 17

Metodologia de Elaboração do Plano de Gestão..... 18

Gerenciamento do Plano de Gestão..... 20

Perspectiva dos Resultados (Sociedade e Jurisdicionados)..... 21

1. Contribuir para a efetividade das políticas e da gestão pública, com foco no desenvolvimento sustentável..... 22

2. Mitigar desperdício e desvio de recursos públicos por meio de atuação concomitante..... 25

3. Ampliar o exercício da cidadania por meio do controle social e do compartilhamento de informações..... 26

4. Garantir a uniformização da jurisprudência do TCETO..... 29

5. Fomentar melhorias de gestão, governança e compliance..... 30

6. Aperfeiçoar a capacidade técnica dos jurisdicionados..... 31

Perspectiva de Processos Internos..... 32

7. Aprimorar a gestão de processos finalísticos, com foco em resultados céleres e relevantes..... 33

8. Aprimorar a atuação do Controle Externo..... 34

9. Fortalecer a governança e a gestão organizacional..... 35

10. Intensificar a fiscalização e o combate à corrupção com base em critérios de relevância e risco por meio de mecanismos de inteligência..... 38



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins foi criado pela Lei nº 001, de 23 de janeiro de 1989, e instalado em Miracema do Tocantins, então Capital Provisória do Estado, em 5 de maio daquele ano, após a promulgação da Lei nº 36/1989, que estabelecia normas para o seu imediato funcionamento. Este período coincide com a fase de implantação do Tocantins, o mais novo membro da Federação Brasileira, criado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, tendo seu território desmembrado da região norte de Goiás.

A partir de 1º de janeiro de 1990, com a mudança da Capital do Estado para Palmas, cidade criada e construída para esse fim, o Tribunal de Contas também mudou de endereço. Funcionou em locais provisórios até 4 de janeiro de 1999, quando foi inaugurada sua sede administrativa. Em 2002, foram incorporados o Instituto de Contas 5 de Outubro e, em 2013, o Edifício Ruy Barbosa.

Em sua história, o TCETO realizou cinco concursos públicos para a seleção de servidores efetivos, procuradores de contas e conselheiros substitutos. Atualmente, conta com 236 servidores efetivos, 4 procuradores de contas, 8 conselheiros substitutos e 7 conselheiros.

Nos 36 anos do TCETO, dez conselheiros assumiram o cargo de presidente. Além de ser o gestor do órgão, o presidente também dirige o Tribunal Pleno, a instância máxima do Tribunal de Contas, a quem cabe tomar as principais decisões, como aprovar as instruções normativas a serem observadas pelos jurisdicionados e as resoluções administrativas do TCETO, bem como apreciar os processos de maior impacto que tramitam na Casa, a exemplo das contas do Governo do Estado.

CONTROLE EXTERNO

O Controle Externo é realizado por Poder ou órgão diverso do controlado ou que não integra a sua estrutura, envolvendo o exame de legitimidade e legalidade e/ou supervisão político-administrativa, com objetivo de verificar se houve regularidade nos atos praticados para alcance do interesse coletivo.

O Controle Externo da gestão pública está previsto na Constituição Federal nos artigos 70 e 71, tendo como titular o Congresso Nacional, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Esse controle refere-se à fiscalização da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas. No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Tocantins, em seu artigo 32, §1º, define que o Controle Externo, a cargo da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Como exemplo de atuação conjunta entre o Legislativo e o Tribunal de Contas, tem-se o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, sobre as contas de governo, que subsidia o julgamento por parte do órgão legislativo respectivo.

O Tribunal de Contas exerce o controle externo quando: julga as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, e as contas daqueles que derem causa à perda, ao extravio ou outras irregularidades que resultem prejuízo ao tesouro público; aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal; e susta, se não atendido, a execução do ato impugnado comunicando a decisão à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal, conforme o caso.

As ações de fiscalização realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins são planejadas por meio do Plano Anual de Fiscalização - PAF, no qual consta as diretrizes para a fiscalização, além das áreas e objetos priorizados, nos termos do Regimento Interno do TCETO, que abrangem as auditorias, inspeções, levantamentos, monitoramentos e acompanhamentos.

Por fim, as atividades de controle externo, apresentadas no referido plano de fiscalização, serão exercidas por equipe multidisciplinar, de forma integrada e concomitante com a execução dos atos e fatos investigados, abrangendo as ações da administração direta e indireta e as daqueles responsáveis pela guarda de dinheiros, bens e valores públicos.

Identidade, Missão e Visão

Instituição	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCETO
Endereço	Av. Joaquim Teotônio Segurado, 102 Norte, Cj. 01, Lts 01 e 02 - Plano Diretor Norte Cep: 77.006-002 - Caixa Postal 06
Sítio Eletrônico	www.tceto.tc.br
Criação	O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) foi criado pela Lei nº 001/89, de 23 de janeiro de 1989. A instalação do TCETO ocorreu em 5 de maio de 1989, na cidade de Miracema do Tocantins, que na época era a capital provisória do estado



Missão

Satisfazer as necessidades da sociedade quanto à correta aplicação dos recursos públicos, garantindo um transparente, eficiente e eficaz sistema de fiscalização da gestão pública.

Visão

Ser reconhecida como instituição efetiva no controle externo da administração pública, fortalecendo a transparência, o controle social, o bom uso de recursos públicos, o aprimoramento da gestão e o combate à corrupção.

Valores

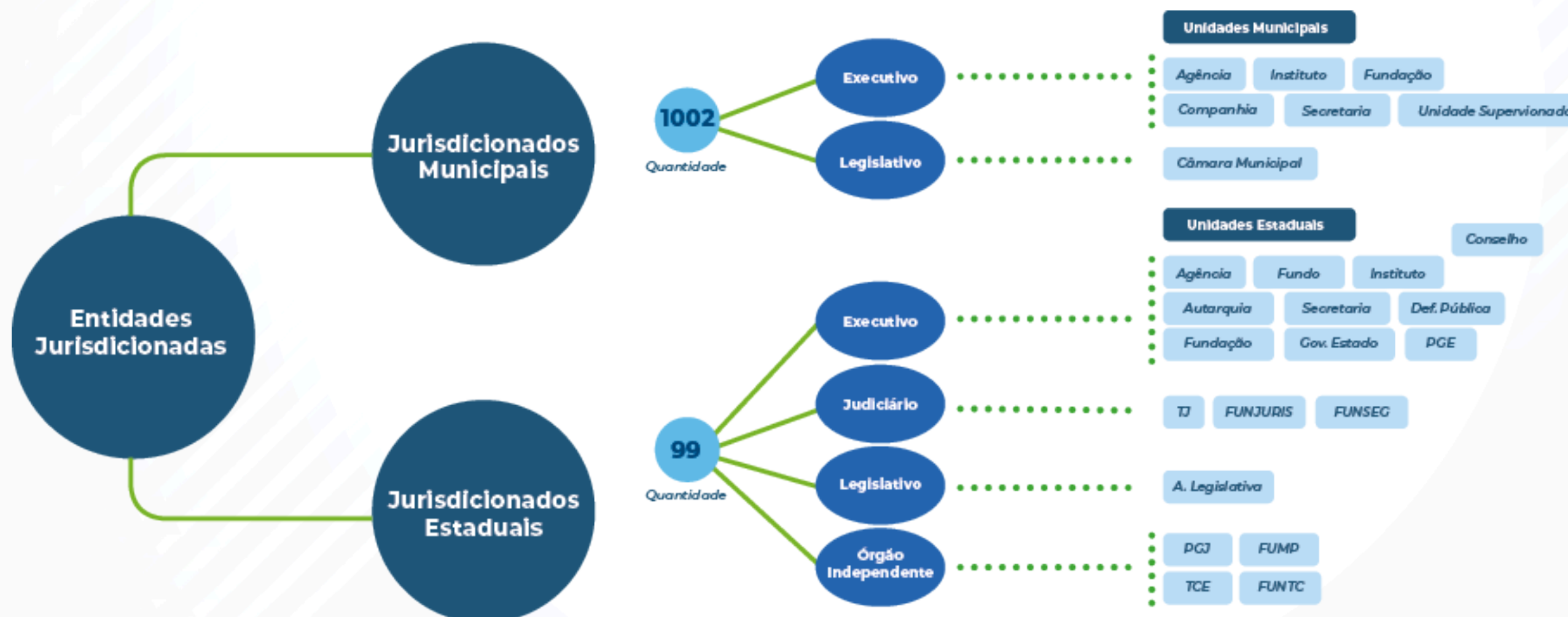
Ética, independência, qualidade, profissionalismo, agilidade, transparência, inovação, sustentabilidade, integridade.

- ♦ **Ética:** agir com moralidade, legalidade e impessoalidade ou decidir pautado em valores que norteiam a relação com os envolvidos na prestação de contas de serviços à sociedade;
- ♦ **Independência:** atuar com liberdade, imparcialidade e autonomia;
- ♦ **Qualidade:** assegurar a eficiência, eficácia e efetividade do Controle Externo;
- ♦ **Profissionalismo:** associar conhecimentos, habilidades técnicas e comportamentais inerentes às atividades desenvolvidas pela instituição;
- ♦ **Agilidade:** atuar com dinamismo e tempestividade nas ações do Controle Externo;
- ♦ **Transparência:** possibilidade de acesso a todas as informações relativas à instituição pública, resultando em um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações de órgãos e entidades com terceiros;
- ♦ **Inovação:** tornar acessíveis, com clareza, todos os seus atos administrativos e os decorrentes de sua missão;
- ♦ **Sustentabilidade:** implementar ações e políticas alinhadas com as diretrizes globais de desenvolvimento sustentável;
- ♦ **Integridade:** atuar em conformidade com os valores, princípios e normas técnicas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no setor público.

Atuação do Tribunal, Competência e Jurisdição

De acordo com a diretriz constitucional, a competência do Tribunal abrange a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos Municípios e de entidades das administrações direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos. O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins tem jurisdição em todos os órgãos e entidades das administrações direta, indireta e fundacional

do Estado e dos 139 municípios, e exerce suas competências de acordo com o artigo 71 da Constituição Federal c/c artigo 33 da Constituição Estadual, acompanhando a gestão, fiscalizando e analisando os processos de prestações de contas, atos de admissão de pessoal, aposentadorias e pensões, licitações, contratos e convênios dos jurisdicionados.



4

Mapa de jurisdicionado por região

A Resolução TCETO nº 1578/2024 aprova a Lista das Unidades Jurisdicionadas municipais e distribuição de processos aos Relatores para o biênio 2025/2026 e a Resolução TCETO nº 604/2022 aprova a definição das Unidades Jurisdicionadas estaduais para quadriênio 2023/2026, conforme o mapa a seguir:

6º Relatoria

Conselheiro:
André Luiz de Matos Gonçalves

1º Relatoria

Conselheiro:
Manoel Pires dos Santos

5º Relatoria

Conselheira:
Doris de Miranda Coutinho



2º Relatoria

Conselheiro:
Napoleão de Souza Luz Sobrinho

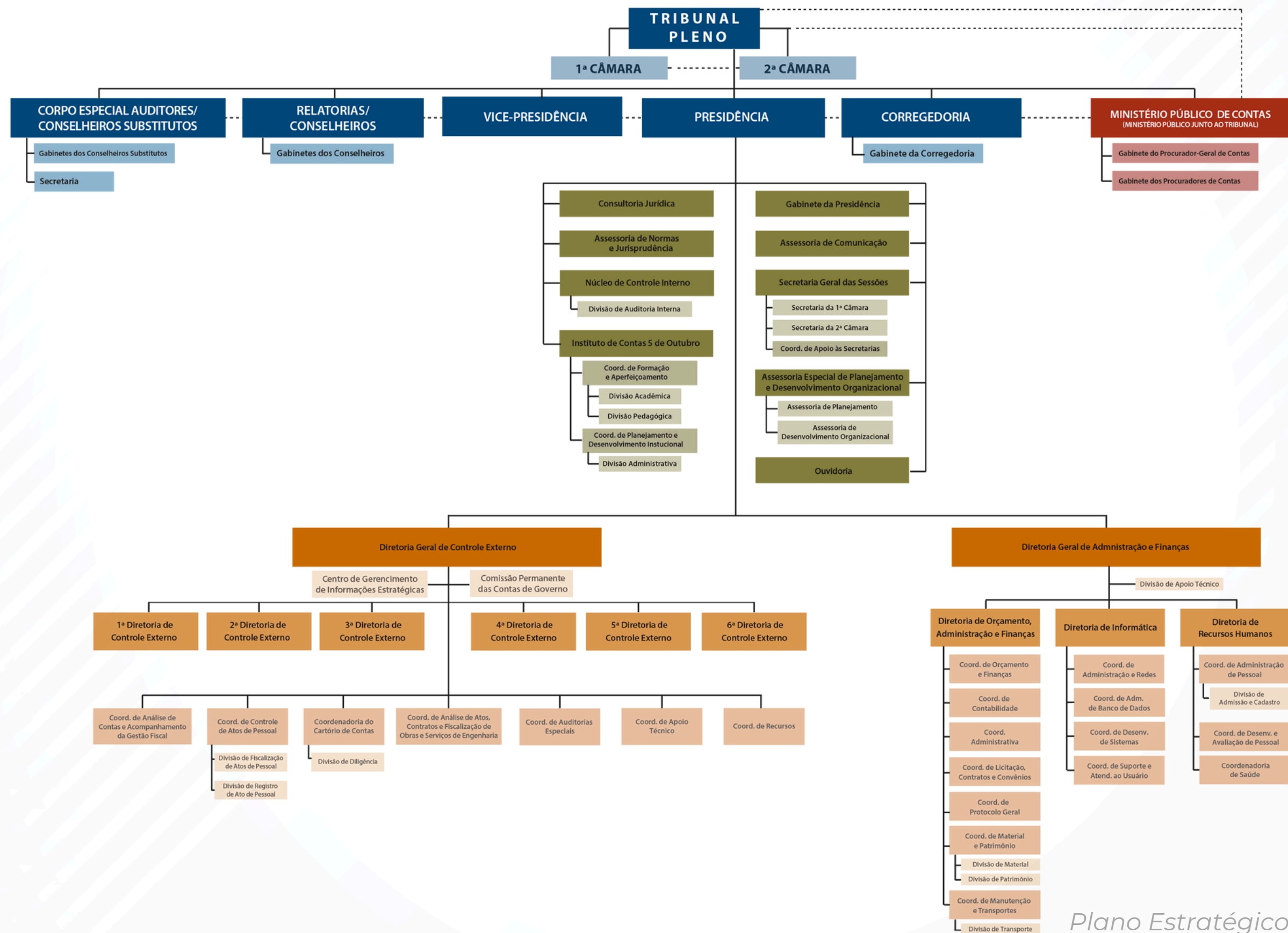
3º Relatoria

Conselheiro:
José Wagner Praxedes

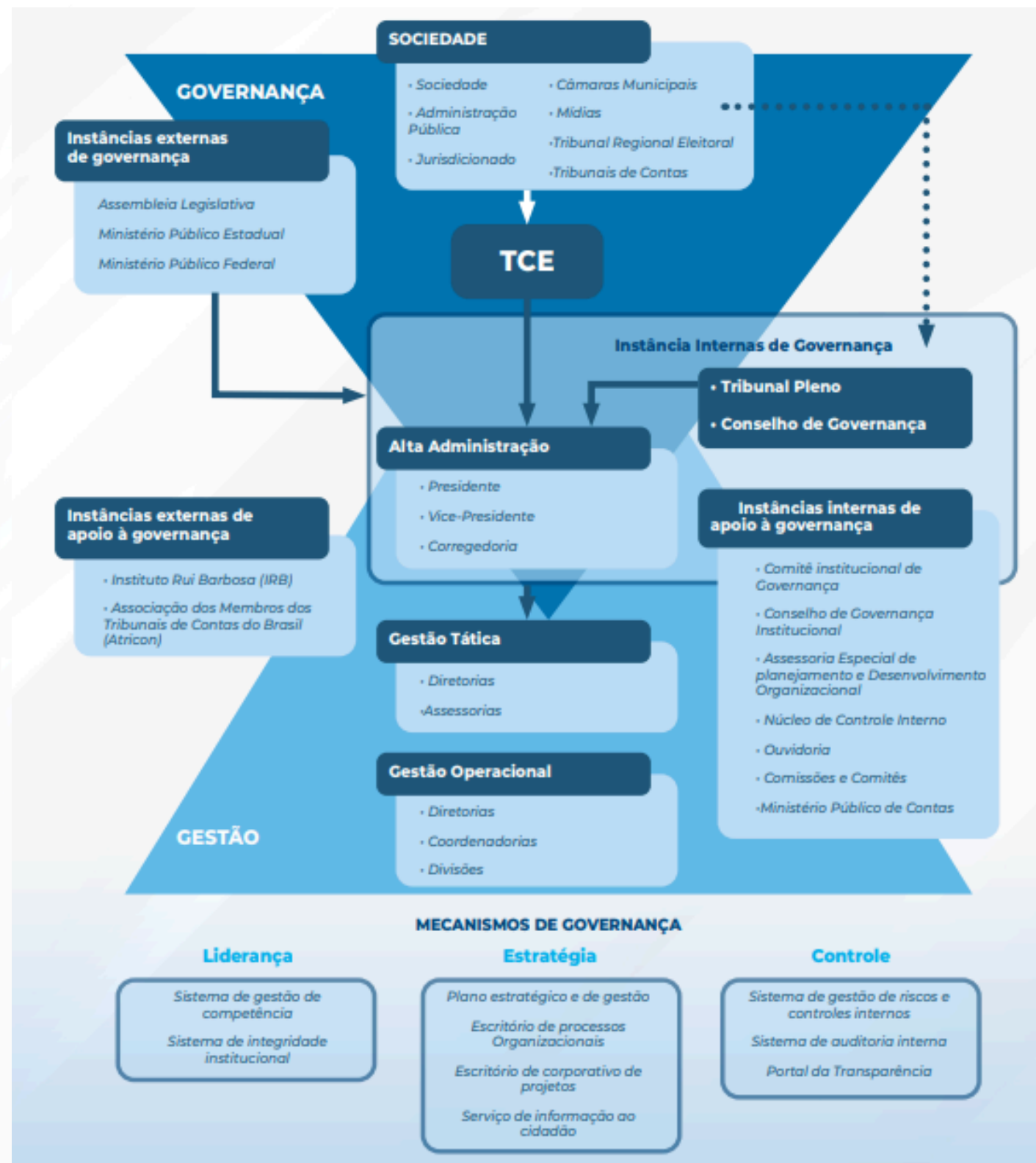
4º Relatoria

Conselheiro:
Severiano José Costa Andrade de Aguiar

Estrutura Organizacional



Estrutura de Governança



INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA DO TCETO

TRIBUNAL PLENO Composição do colegiado do TCETO



Conselheira Doris de Miranda Coutinho
Vice-Presidente



Conselheiro Alberto Sevilha
Presidente



Conselheiro José Wagner Praxedes
Corregedor



Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar



Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho



Conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves



Conselheiro Manoel Pires dos Santos

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS



Oziel Pereira dos Santos
Procurador-Geral de Contas

TCETO

Plano Estratégico 2025 - 2026

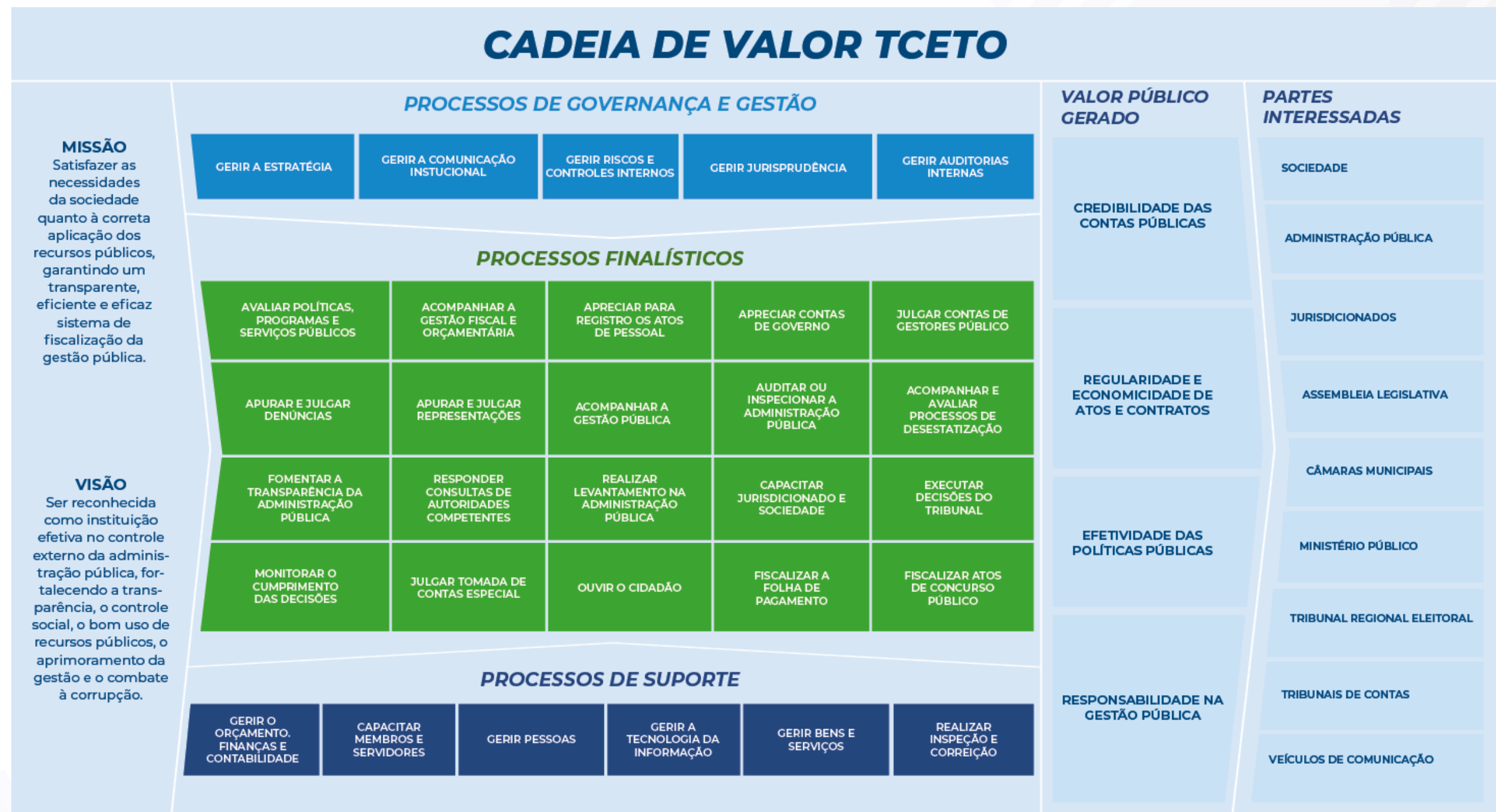
Cadeia de valor

A Cadeia de Valor do TCETO, instituída pela Portaria nº 53/2025, detalha as atividades essenciais realizadas pelo Tribunal para gerar valor à sociedade por meio de seus serviços. Em uma organização pública, essa estrutura é fundamental para otimizar processos, aumentar a eficiência e aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

Ao mapear e analisar cada etapa da cadeia, torna-se possível eliminar desperdícios, aprimorar a alocação de recursos e garantir que as demandas da sociedade sejam atendidas com eficácia.

Além de contribuir para a satisfação dos cidadãos, a Cadeia de Valor fortalece a transparência e a responsabilidade na gestão pública. Essa estrutura evidencia a atuação do TCETO por meio de três eixos principais:

- ✓ Processos de governança e gestão;
- ✓ Processos finalísticos;
- ✓ Processos de suporte.



O planejamento estratégico é um processo sistemático que define a direção e os objetivos de uma organização a longo prazo. Envolve a análise do ambiente interno e externo, a definição de missão, visão e valores, além da formulação de estratégias para alcançar as metas estabelecidas.

No setor público, esse planejamento é essencial para proporcionar clareza e transparência, permitindo que a sociedade acompanhe e avalie o desempenho da instituição. Ele também garante uma alocação eficiente dos recursos públicos, direcionando-os para áreas prioritárias e maximizando o benefício à população.

Além disso, permite que a organização se adapte a mudanças políticas, sociais e econômicas, respondendo rapidamente às novas demandas da sociedade.

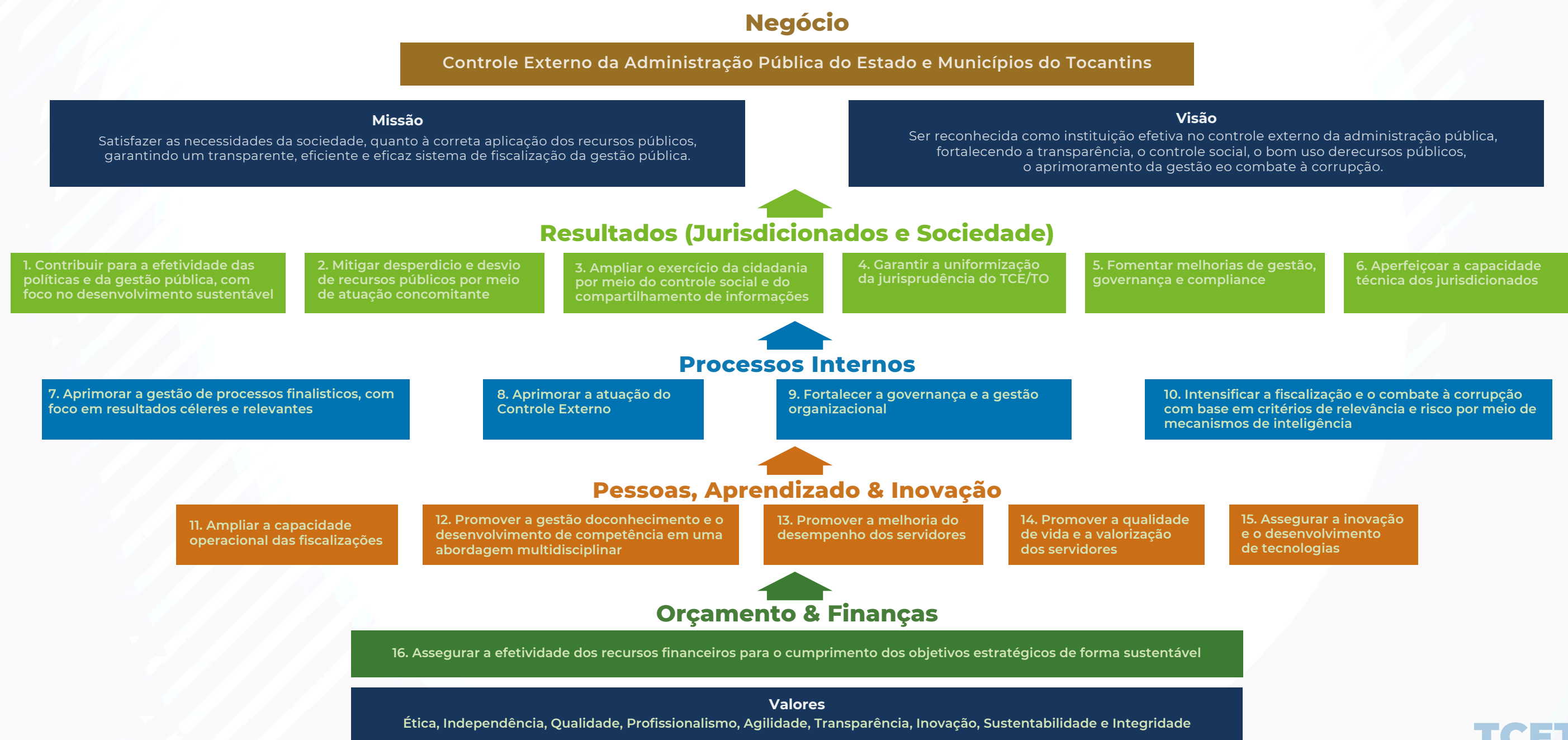
Ao estabelecer metas claras, o planejamento estratégico melhora a qualidade dos serviços prestados, incentiva a participação da comunidade na definição de prioridades e fortalece um governo mais transparente e responsável.

Desde 2010, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) adota o planejamento estratégico como uma ferramenta essencial de governança e gestão. Esse instrumento tem sido fundamental para aprimorar o órgão, alinhando suas ações à missão institucional. Pela primeira vez na história da instituição, o TCETO aprovou, pela Resolução Administrativa nº 10/2023, seu primeiro planejamento de longo prazo (2023-2030), consolidando uma visão estratégica para o futuro da instituição.

“Planejamento estratégico é o processo através do qual a empresa se mobiliza para atingir o sucesso e construir o seu futuro, por meio de um comportamento proativo, considerando seu ambiente atual e futuro.”
(James Stoner, 1985)

Mapa Estratégico

O mapa estratégico é uma representação gráfica que estrutura perspectivas e objetivos estratégicos, orientando o desempenho institucional e a alocação de recursos. Ele traduz como a missão será cumprida e a visão de futuro alcançada, desdobrando objetivos em ações para as unidades do TCETO.



Plano de Gestão 2025-2026

O Plano de Gestão é um documento estratégico que estabelece diretrizes, objetivos e ações para atingir metas institucionais de forma eficiente. Ele abrange todas as etapas do processo: planejamento, execução, monitoramento e avaliação, garantindo a otimização de recursos e a eficácia das operações.

Desde 2019, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins adota o Plano de Gestão como um instrumento essencial para sua governança e gestão. Alinhado ao planejamento estratégico, o plano orienta a execução de projetos prioritários em ciclos bienais, o que possibilita uma alocação mais eficiente dos recursos e um acompanhamento rigoroso dos resultados.

Além de impulsionar a melhoria contínua dos serviços prestados, o Plano de Gestão reforça a transparência e a accountability, fortalecendo a confiança da sociedade nas ações do Tribunal.

Dessa forma, foi elaborado o Plano de Gestão 2025-2026, que tem como principal diretriz estreitar a relação entre o Tribunal de Contas e a sociedade, com foco na transparência, fiscalização e orientação aos gestores públicos, garantindo a priorização de políticas públicas eficazes.

Seu propósito é fortalecer a visão de longo prazo estabelecida no Plano Estratégico 2023-2030, direcionando esforços para o cumprimento dos objetivos e metas traçados. Dessa forma, o Plano de Gestão para o biênio 2025-2026 contempla 67 projetos, que contribuirão para o alcance de 16 objetivos estratégicos e 57 indicadores, todos voltados para a melhoria da gestão pública e a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Além de promover a melhoria contínua dos serviços prestados, o Plano de Gestão reforça a transparência e a responsabilidade fiscal, fortalecendo a confiança da sociedade nas ações do Tribunal.

Os projetos do Plano de Gestão visam aperfeiçoar os processos de negócios do Tribunal, promovendo a melhoria contínua das suas atividades e a modernização de suas práticas. Através da implementação de iniciativas estratégicas, busca-se otimizar a eficiência operacional, fortalecer a transparência e aprimorar a gestão de recursos, garantindo que as ações do Tribunal sejam realizadas de forma mais ágil, eficaz e alinhadas às necessidades da sociedade. Além disso, os projetos estão direcionados para a melhoria dos processos internos, a ampliação do uso de tecnologias inovadoras e o aprimoramento da comunicação e interação com os gestores públicos, assegurando, assim, uma maior qualidade nos serviços prestados e um impacto positivo na gestão pública do Estado.

Metodologia de Elaboração do Plano de Gestão

A metodologia aplicada para a priorização dos projetos a serem executados pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) no biênio 2025-2026 foi cuidadosamente estruturada com o objetivo de fortalecer a gestão participativa, permitindo a colaboração de gestores de diferentes níveis – estratégico, tático e operacional – na definição das metas institucionais. Esse processo visa garantir que as iniciativas a serem implementadas estejam alinhadas às necessidades da sociedade e aos desafios institucionais, promovendo um ambiente de trabalho mais integrado e eficiente.

Para subsidiar a seleção dos projetos estratégicos que integrarão o Plano de Gestão, foram utilizados os seguintes mecanismos de diagnóstico:

1. A ata da reunião do Comitê Institucional de Governança, registrada no SEI nº 23.000830-5;
2. As oportunidades identificadas nos mapas de processos de negócio, disponíveis no SEI nº 24.002467-2;
3. Os riscos associados aos processos de negócio, relatados no SEI nº 23.00492-6;
4. O relatório de resultados do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) do TCETO 2024, constante no SEI nº 25.000033-4;
5. O relatório de diagnóstico sobre o desempenho do TCETO em relação à aderência às boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção, registrado no SEI nº 21.001687-6;

6. Os relatórios anuais da Ouvidoria e o resultado da consulta pública realizada pelo TCETO para definir o foco das fiscalizações de 2025.

Esses documentos forneceram subsídios essenciais para embasar as decisões relativas à definição dos projetos prioritários do plano. Para construção, buscou-se realizar o alinhamento dos planos de gestão com os diversos planos táticos da instituição.



Metodologia de Elaboração do Plano de Gestão

Para a elaboração do Plano de Gestão 2025-2026, foi inicialmente realizada uma reunião com os gestores no dia 19 de fevereiro de 2025, com o objetivo de apresentar o Planejamento Estratégico 2023-2030, a Cadeia de Valor, os Processos de Negócio, a Metodologia para a elaboração do Plano de Gestão 2025-2026 e a Gestão do Conhecimento Organizacional.

Com o intuito de promover uma gestão participativa, foi solicitado que os gestores consultassem seus respectivos setores para a definição dos projetos, os quais deveriam ser encaminhados via sistema SEI para a consolidação por parte da Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional.

Nos dias 20 e 21 de março de 2025, foi realizada a reunião do Comitê Institucional de Governança, que priorizou os projetos a serem executados no biênio 2025-2026.



Gerenciamento do Plano de Gestão



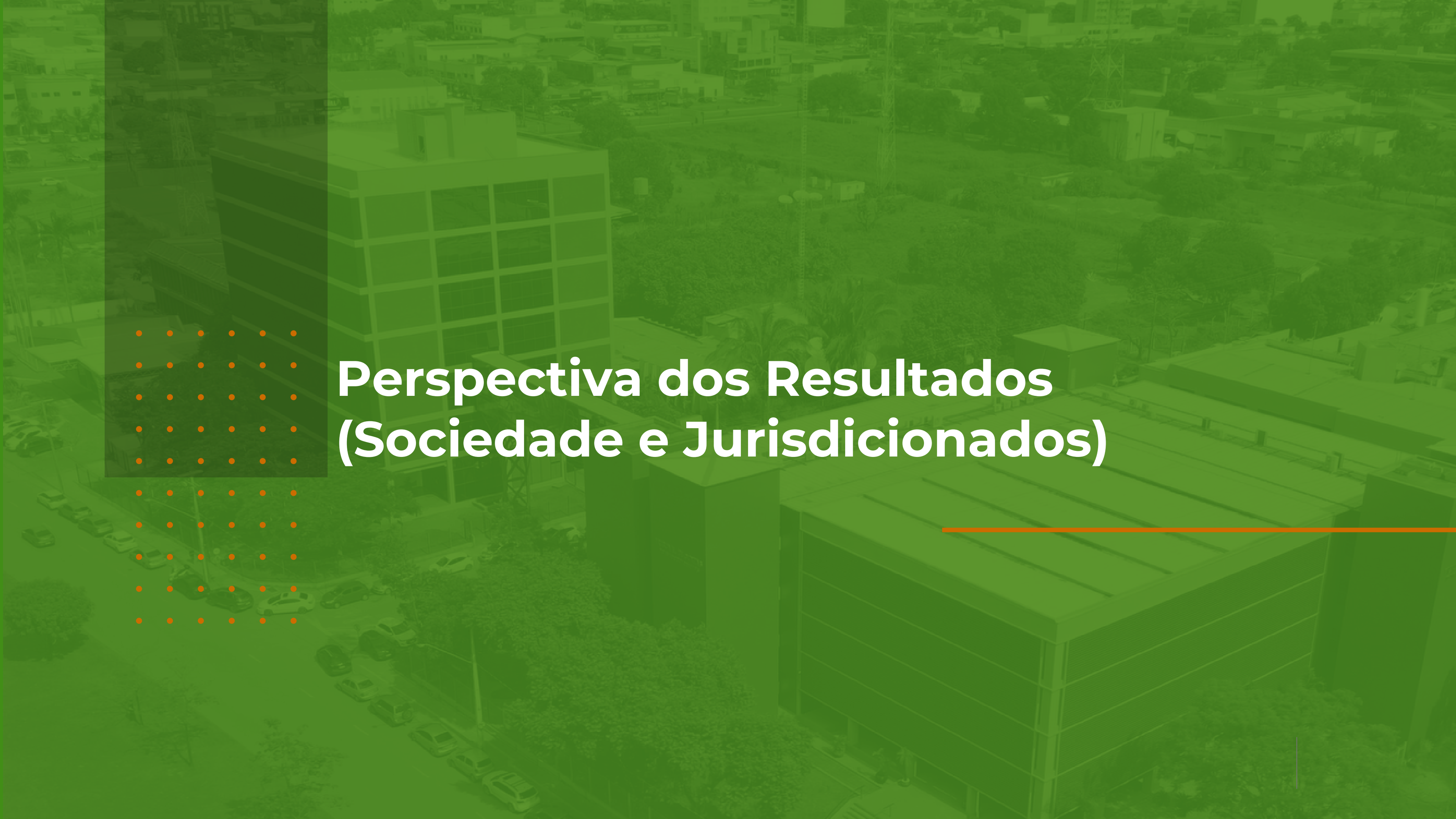
O **Plano de Gestão 2025-2026** do Tribunal de Contas do Tocantins será gerenciado pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), instituído pela Portaria nº 882, de 7 de novembro de 2024, e vinculado à Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional.

O escritório desempenha um papel estratégico ao garantir maior eficiência e transparência na elaboração, execução e monitoramento dos projetos institucionais, assegurando que estejam alinhados aos objetivos estratégicos do Tribunal. Além disso, busca consolidar uma cultura de gestão por resultados, promovendo a adoção de metodologias e boas práticas de governança em toda a organização.

O acompanhamento da execução do Plano será realizado por meio das Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs), conduzidas pelo Comitê Institucional de Governança. Essas reuniões têm o

propósito de monitorar o desempenho das iniciativas estratégicas, avaliar o cumprimento das metas e identificar eventuais ajustes necessários para manter o alinhamento com as diretrizes institucionais. O comitê também é responsável por propor medidas corretivas e melhorias contínuas, garantindo que as ações planejadas resultem em impactos concretos na eficiência do Tribunal e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Dessa forma, o Plano de Gestão 2025-2026 reforça o compromisso do Tribunal de Contas do Tocantins com a inovação, a transparência e a excelência na gestão pública, assegurando que suas ações contribuam efetivamente para o fortalecimento do controle externo e a melhoria da administração pública no estado.

The background is an aerial photograph of a city, featuring various buildings, streets, and greenery. A semi-transparent green overlay covers the entire image. On the left side, there is a dark green rectangular area containing a grid of small orange dots. The text 'Perspectiva dos Resultados (Sociedade e Jurisdicionados)' is written in white, bold, sans-serif font across the middle of the image. A thin orange horizontal line is positioned below the text on the right side.

Perspectiva dos Resultados (Sociedade e Jurisdicionados)

1. Contribuir para a efetividade das políticas e da gestão pública, com foco no desenvolvimento sustentável

Descrição do Objetivo: Intensificar as ações com foco em resultados, atuando para produzir efeitos em benefício da sociedade, por meio do acompanhamento das políticas públicas e do aperfeiçoamento da gestão dos órgãos que prestam os serviços públicos, incluindo a fiscalização em áreas temáticas (educação, saúde, saneamento, etc. – Agenda 2030), bem como o acompanhamento das recomendações e determinações emitidas pelo Tribunal, pois estas têm como finalidade principal a melhoria da gestão dos recursos.

Indicador 1.1	Índice quantitativo-financeiro de benefícios obtidos por meio das ações de controle externo.							
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
	-	50%	30%	35%	40%	45%	50%	60%
 Projeto	Aprimorar a aferição dos benefícios em função da atuação do TCETO (P1.1)							

Indicador 1.2	Índice de imputação de débitos e multas sobre danos inscritos em dívida ativa das unidades jurisdicionadas.							
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
 Projeto	Programa de Recuperação de Créditos não Tributários (Refis). Implantação do Domicílio Eletrônico de Contas.							

Indicador 1.3	Índice de efetividade da arrecadação das multas administrativas.							
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
	-	-	5%	6%	7%	8%	9%	10%
 Projeto	Programa de Recuperação de Créditos não Tributários (Refis). Implantação do Domicílio Eletrônico de Contas.							

1. Contribuir para a efetividade das políticas e da gestão pública, com foco no desenvolvimento sustentável

Indicador

1.4

Índice de acompanhamento das decisões.

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
60%	100%	30%	50%	60%	80%	90%	100%



Projeto

Desenvolver solução tecnológica e metodologia de trabalho para fiscalização do cumprimento das recomendações e determinações.

Indicador

1.6

Índice de fiscalizações que colaboram com objetivos de desenvolvimento sustentável.

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
-	-	100%	100%	100%	100%	100%	100%



Projeto

Plano Anual de Fiscalização de 2025 e 2026.

Indicador

1.5

Quantitativo de avaliações de políticas públicas.

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
140	6	6	7	7	8	8	9



Projeto

Elaboração, acompanhamento e implantação dos normativos que impactam o controle externo.
Avaliação de Políticas Públicas, programas e serviços públicos por meio de auditorias operacionais.
Plano Anual de Fiscalização de 2025 e 2026.

Indicador

1.7

Índice de implementação pelos jurisdicionados das recomendações e determinações.

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
60%	-	3	4	5	6	7	8



Projeto

Desenvolver solução tecnológica e metodologia de trabalho para fiscalização do cumprimento das recomendações e determinações.

1. Contribuir para a efetividade das políticas e da gestão pública, com foco no desenvolvimento sustentável

Indicador 1.8 Índice de auditorias operacionais concluídas.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
-	10	5%	7%	10%	15%	18%	20%



Projeto

Avaliação de Políticas Públicas, programas e serviços públicos por meio de auditorias operacionais.

Indicador 1.10 Índice de soluções consensuais decorrentes de fiscalização.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
50%	30%	5%	7%	9%	12%	15%	18%



Projeto

Promover soluções consensuais nas ações de fiscalização.
Plano Anual de Fiscalização de 2025 e de 2026.
Elaboração, acompanhamento e implantação dos normativos que impactam o controle externo.

Indicador 1.9 Índice de volume de recursos efetivamente fiscalizados em políticas públicas.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
-	-	5%	5%	5%	5%	5%	5%



Projeto

Plano anual de fiscalização de 2025 e de 2026.
Aprimoramento do SICAP - LCO.
Aprimoramento do SICAP - AP.
Aprimoramento do SICAP Contábil.

2. Mitigar desperdício e desvio de recursos públicos por meio de atuação concomitante

Descrição do Objetivo: Garantir a fiscalização concomitante considerando riscos significantes e sistêmicos.

Indicador							
2.1	Índice de recursos fiscalizados concomitantemente.						
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
50%	50%	10%	15%	20%	25%	30%	35%

Projeto

Desenvolver fiscalizações concomitantes, ágeis e focadas em soluções consensuais para a melhoria da gestão pública -"TCE de Olho".
Aprimorar a aferição dos benefícios em função da atuação do TCETO.
Plano Anual de Fiscalização de 2025 e de 2026.
Elaboração, acompanhamento e implementação dos normativos que impactam o controle externo.

Indicador 2.2 Índice de fiscalização concomitante.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
50%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%



Projeto

Desenvolver fiscalizações concomitantes, ágeis e focadas em soluções consensuais para a melhoria da gestão pública -"TCE de Olho".
Plano Anual de Fiscalização de 2025 e 2026.
Aprimoramento do SICAP-LCO.

Indicador		Índice de economia gerada pela fiscalização concomitante.						
2.3								
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
-	-	-	-	90%	90%	90%	90%	



Projeto

Desenvolver fiscalizações concomitantes, ágeis e focadas em soluções consensuais para a melhoria da gestão pública -"TCE de Olho".

3. Ampliar o exercício da cidadania por meio do controle social e do compartilhamento de informações

Descrição do Objetivo: Garantir a transparência pública e a participação popular na escolha e priorização de áreas de governo, políticas públicas e objetos a serem fiscalizados.

Indicador	Índice de fiscalizações realizadas a partir das sugestões dos cidadãos.						
3.1							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%



Projeto

Fomentar a participação da sociedade e controle social nas ações de fiscalização.

Indicador							
3.2 Índice de transparência da administração pública.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2029
-	50%	55%	60%	70%	75%	80%	90%



Projeto

Aprimorar a Transparência Pública (Radar da Transparência).

Indicador		Índice de menções de impacto positivo sobre o Tribunal veiculadas na mídia.						
3.3								
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
75%	75%	76%	77	78%	79%	80%	85%	



Projeto

Plano de comunicação 2025.
Plano de comunicação 2026.

Indicador		Índice de satisfação dos cidadãos com a qualidade das respostas da Ouvidoria.						
3.4								
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
70%	70%	70%	70%	75%	75%	80%	80%	



Projeto

Reestruturação da Carta de Serviços ao Usuário.

3. Ampliar o exercício da cidadania por meio do controle social e do compartilhamento de informações

Indicador 3.5 Índices de manifestações dirigidas à Ouvidoria que foram respondidas tempestivamente.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%



Projeto

Revisão da Instrução Normativa 02/2021 e atualização do Manual de Procedimentos e rotinas internas da Ouvidoria.

Indicador 3.6 Índice de satisfação da sociedade.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2029
-	60%	65%	70%	75%	80%	80%	80%



Projeto

Pesquisa de satisfação de 2025.
Pesquisa de satisfação de 2026.

Indicador 3.7 Índice de transparência das ações do TCE.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
98%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%



Projeto

Fomentar a transparência pública do TCETO.

Indicador 3.8 Índice de cidadãos certificados em ações de ensino-aprendizagem							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
60%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%



Projeto

Plano Anual de Formação e Capacitação de 2025.
Plano Anual de Formação e Capacitação de 2026.

3. Ampliar o exercício da cidadania por meio do controle social e do compartilhamento de informações

Indicador 3.9 Índice de execução das ações de ensino-aprendizagem para a sociedade.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
90%	90%	91%	92%	93%	94%	95%	96%



Projeto

Plano Anual de Formação e Capacitação de 2025.
Plano Anual de Formação e Capacitação de 2026.
TCE de olho no futuro: Aliança pela primeira infância

4. Garantir a uniformização da jurisprudência do TCE/TO

Descrição do Objetivo: Assegurar a estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência do TCETO, visando à segurança jurídica dos seus julgados.

Indicador 4.1 Ementas organizadas.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
10%	70%	20%	40%	50%	60%	60%	60%

**Projeto** | Ementas organizadas.

Indicador 4.2 Índice de consolidação da jurisprudência.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
20%	40%	45%	50%	55%	60%	70%	80%

**Projeto** | Consolidação da jurisprudencia.

Indicador 4.3 Índice de transparência e acessibilidade das decisões.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
40%	40%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

**Projeto** | Fomentar a divulgação da jurisprudência.
Promover a acessibilidade no TCETO.

5. Fomentar melhorias de gestão, governança e compliance

Descrição do Objetivo: Garantir o aprimoramento dos processos de gestão, governança e compliance dos jurisdicionados.

Indicador 5.1		Índice de jurisdicionados capacitados em programa de aprimoramento da gestão, governança e compliance.						
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
20%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	55%	
 Projeto		Plano Anual de Formação e Capacitação de 2025. Plano Anual de Formação e Capacitação de 2026.						

Indicador 5.2		Índice de fiscalizações voltadas a gestão da governança.						
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
 Projeto		Plano Anual de Fiscalização de 2025. Plano Anual de Fiscalização de 2026.						

6. Aperfeiçoar a capacidade técnica dos jurisdicionados

Descrição do Objetivo: Proporcionar atualização técnica para os jurisdicionados, por meio de ações educativas e de orientação, promovendo a melhoria qualitativa dos serviços prestados à sociedade.

Indicador 6.1		Índice de execução das ações de ensino-aprendizagem para os jurisdicionados.						
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
80%	80%	81%	82%	83%	84%	85%	85%	
		Projeto Plano Anual de Formação e Capacitação de 2025. Plano Anual de Formação e Capacitação de 2026.						

Indicador 6.2		Índice de jurisdicionados capacitados.						
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
70%	80%	75%	75%	76%	76%	77%	77%	
		Projeto Plano Anual de Formação e Capacitação de 2025. Plano Anual de Formação e Capacitação de 2026.						

The background is an aerial photograph of a city, featuring various buildings, streets, and greenery. A semi-transparent blue overlay covers the entire image. On the left side, there is a dark blue rectangular area containing a grid of orange dots. The dots are arranged in two main sections: a 5x6 grid in the upper part and a 6x6 grid in the lower part. The text 'Perspectiva de Processos Internos' is written in white, bold, sans-serif font, centered horizontally and positioned between the two dot grids. A thin orange horizontal line is located below the text, extending from the right edge of the text towards the right side of the image.

Perspectiva de Processos Internos

7. Aprimorar a gestão de processos finalísticos, com foco em resultados céleres e relevantes

Descrição do Objetivo: Aperfeiçoar a gestão dos processos finalísticos por meio do redesenho, manualização, gerenciamento e celeridade para que a atuação do TCETO, em áreas consideradas relevantes para a sociedade, ocorra com base em critérios de risco, relevância e materialidade, utilizando as bases de dados eletrônicos e serviços de inteligência.

Indicador 7.1	Índice de processos apreciados tempestivamente, conforme os prazos regimentais do TCETO e os da Atricon.							
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
	50%	60%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
 Projeto Aprimorar o julgamento tempestivo e a celeridade dos processos finalísticos.								

Indicador 7.2	Índice de processos finalísticos em estoque.							
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
	90%	90%	95%	95%	95%	95%	95%	95%
 Projeto Redução do estoque de processos.								

Indicador 7.3	Índice de processos redesenhados.							
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
	25%	25%	60%	70%	80%	90%	95%	100%
 Projeto Aprimorar a gestão de processos.								

8. Aprimorar a atuação do Controle Externo

Descrição do Objetivo: Integrar a atuação do Controle Externo para promover sinergia, gerar resultados consistentes e racionalizar a utilização de recursos e pessoas.

Indicador 8.1	Índice da qualidade do relatório de análise de Prestação de Contas.						
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
80%	80%	50%	60%	70%	80%	90%	100%



Projeto

Fomentar a melhoria da qualidade dos processos do Controle Externo.
Aperfeiçoar a seleção e a análise das Prestações de Contas.

Indicador 8.2	Índice da qualidade do relatório de auditoria/inspeção.						
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
80%	80%	55%	60%	70%	80%	90%	100%



Projeto

Fomentar a melhoria da qualidade dos processos do controle externo.

Indicador 8.3	Índice da qualidade do relatório de fiscalização concomitante.						
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
80%	80%	55%	60%	70%	80%	90%	100%



Projeto

Fomentar a melhoria da qualidade dos processos do controle externo.

9. Fortalecer a governança e a gestão organizacional

Descrição do Objetivo: Fortalecer a capacidade de governança (avaliar, direcionar e monitorar) com foco em resultados para o cidadão, por meio de mecanismos de liderança, estratégia e controle, assim como garantir a eficiência da gestão organizacional (planejar, executar, controlar e agir), a fim de assegurar que as ações executadas estejam sempre alinhadas ao interesse público.

Indicador 9.1 Índice da maturidade de governança e gestão.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
-	70%	-	75%	-	80%	-	90%
 Projeto Aprimorar a governança e gestão do TCETO.							

Indicador 9.2 Índice da maturidade em gestão de riscos.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
10%	30%	Inicial (15%-39,9%)	Inicial (40%-69,9%)	Inicial (40%-69,9%)	Inicial (40%-69,9%)	Inicial (70%-100%)	Inicial (70%-100%)
 Projeto Aprimorar a gestão de risco do TCETO.							

Indicador 9.3 Índice da atendimento aos apontamentos do Controle Interno.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
25%	50%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
 Projeto Programa Anual de Auditoria Interna de 2025. Programa Anual de Auditoria Interna de 2026.							

9. Fortalecer a governança e a gestão organizacional

Indicador 9.4 Índice de maturidade da integridade institucional.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
25%	Nível Alto	Nível Médio	Nível Médio	Nível Médio	Nível Médio	Nível Baixo	Nível Baixo
Projeto		Aprimorar a integridade institucional. Plano Anual de Correição 2025. Plano Anual de Correição 2026.					

Indicador 9.5 Índice de execução do plano de comunicação.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
80%	90%	91%	92%	93%	94%	95%	96%
Projeto		Plano de Comunicação 2025. Plano de Comunicação 2026. Agenda institucional.					

Indicador 9.6 Índice de execução do Plano de gestão de Pessoas.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
20%	50%	40%	95%	40%	95%	40%	95%
Projeto		Plano de Gestão de Pessoas 2025-2026.					

Indicador 9.7 Índice de demandas respondidas da Ouvidoria.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
80%	80%	81%	82%	83%	84%	85%	86%
Projeto		Fomentar o controle social e a participação cidadã. Fiscalize em 1 minuto. Ouvidoria Day.					

9. Fortalecer a governança e a gestão organizacional

Indicador 9.8 Índice de execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
30%	60%	40%	95%	40%	95%	40%	95%

**Projeto** Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) Eficiente.
Plano Diretor de Tecnologia da Informação de 2025-2026.

Indicador 9.9 Índice de execução do plano de gestão							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
30%	60%	40%	95%	40%	95%	40%	95%

**Projeto** Plano de Gestão 2025-2026.

10. Intensificar a fiscalização e o combate à corrupção com base em critérios de relevância e risco por meio de mecanismos de inteligência

Descrição do Objetivo: Fortalecer a fiscalização por meio de Inteligência Artificial – IA, Business Intelligence – BI, Mineração de Dados e outras ferramentas que forneçam trilhas de auditorias para alavancar a atuação do TCETO nas fiscalizações, com base em critérios de risco, relevância e materialidade e que tenham impacto na sociedade.

Indicador 10.1 Índice de ações de controle externo previstas no PAF em razão da utilização de mecanismos de inteligência.								
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
10%	60%	65%	70%	75%	80%	85%	90%	



Projeto

Desenvolvimento de painéis de BI e relatórios de inteligência para o Controle Externo. (Criação de comitês específicos para especificação de requisitos dos painéis de BI).
Estudo de viabilidade para implantação dos mecanismos de inteligência artificial, tais como ChatTCU.

Indicador 10.2 Índice de execução do Plano Anual de Fiscalização.								
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
90%	90%	91%	92%	93%	94%	95%	96%	

Projeto

Plano Anual de Fiscalização de 2025.
Plano Anual de Fiscalização de 2026.



Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Inovação

11. Ampliar a capacidade operacional das fiscalizações

Descrição do Objetivo: Ampliar o número de servidores que atuam diretamente na área de Controle Externo, priorizando a convocação dos servidores aprovados no concurso público, dentro do cadastro de reserva, bem como realizar lotações adequadas observando as atribuições do cargo e atividades do setor, evitando o desvio de função, considerando a baixa quantidade de fiscalizações realizadas nos últimos 5 anos.

Indicador							
11.1 Índice de unidades com força de trabalho adequada.							
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
30%	70%	50%	70%	80%	85%	90%	100%



Projeto | Implantação do mapeamento de competências.

12. Promover a gestão do conhecimento e o desenvolvimento de competência em uma abordagem multidisciplinar

Descrição do Objetivo: Implementar ações, programas, projetos e atividades para a promoção do conhecimento e o desenvolvimento de competências para membros e servidores.

Indicador		Índice de membros e servidores capacitados.						
12.1								
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
70%	70%	70%	75%	75%	80%	80%	85%	



Projeto

Plano Anual de Formação e Capacitação de 2025.
Plano Anual de Formação e Capacitação de 2026.

Indicador 12.2		Índice de servidores lotados conforme as competências mapeadas.						
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
-	30%	7	40%	50%	60%	70%	80%	



Projeto

Implantação do mapeamento de competência.
Avaliação de desempenho.

Indicador		Índice de execução do Plano Anual de Formação e Capacitação.							
12.3		2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
		90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%



Projeto

Plano Anual de Formação e Capacitação de 2025.
Plano Anual de Formação e Capacitação de 2026.

13. Promover a melhoria do desempenho dos servidores

Descrição do Objetivo: Melhorar a produtividade dos servidores com a fixação de metas, por meio de acompanhamento da produção mensal com utilização de ferramentas e metodologias qualitativas e quantitativas normatizadas.

Indicador

13.1

Índice de produtividade.

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
90%	90%	92%	94%	96%	98%	99%	100%



Projeto

Aprimoramento do SICAP-AP.
Aprimoramento do sistema SICAP-LCO - Módulos Jurisdicionado, Auditor, Administrador e Público.
Aprimoramento do processo de Avaliação de Desempenho.

14. Promover a qualidade de vida e a valorização dos servidores

Descrição do Objetivo: Valorizar os servidores por meio de programas de benefícios, projetos e ações de melhoria de qualidade de vida.

Indicador 14.1		Índice de beneficiados contemplados nos programas, projetos e ações de valorização e melhoria de qualidade de vida.						
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
50%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	100%	



Projeto | Qualidade de vida e valorização dos servidores.

15. Assegurar a inovação e o desenvolvimento de tecnologias

Descrição do Objetivo: Ampliar a oferta de serviços públicos prestados de forma digital para universalizar o acesso aos serviços e torná-los mais simples e efetivos para a redução dos seus custos e o fomento de compartilhamento de dados, para garantir a segurança dos dados sigilosos e pessoais.

Indicador 15.1 Índice de práticas adotadas provenientes do Governo Digital.								
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
60%	60%	65%	70%	75%	80%	85%	90%	



Projeto

Projeto AuditAI (Implantar Inteligência Artificial - IA nas bases de dados dos SICAPs (2026).
Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação.

Indicador 15.2 Índice de serviços públicos prestados de forma digital.								
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
60%	60%	65%	70%	75%	80%	85%	85%	

Projeto

TCE de Olho.
TCE Conecta.
SEI Municipal.
Reestruturação da carta de serviço ao usuário.



Perspectiva de Orçamento e Finanças

16. Assegurar a efetividade dos recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos estratégicos de forma sustentável.

Descrição do Objetivo: Integrar a gestão orçamentária e financeira à gestão estratégica, a fim de assegurar a consistência, a coerência e a articulação entre o PPA, a LDO e a LOA, de modo que as peças orçamentárias estejam alinhadas ao Plano Estratégico do TCETO, garantindo a efetiva execução do Plano de Contratação Anual – PCA.

Indicador								
16.1 Índice de execução dos recursos financeiros.								
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

 **Projeto** | Plano de Logística Sustentável.
Gestão Eficiente dos Recursos Financeiros.

Indicador								
16.2 Índice de execução do Plano de Contratação Anual.								
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
80%	90%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

 **Projeto** | Divulgação do PCA - Contratação Consciente:
Entendendo o PCA

Indicador								
16.3 Índice de contratações fora do Plano de Contratação Anual.								
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
-	-	30%	30%	30%	30%	30%	30%	

 **Projeto** | Elaboração do PCA - Planejamento Eficiente de Contratações: Orientações para os Gerentes de Ações".

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO
ASCOM	Assessoria de Comunicação
Atricon	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
BI	Business Intelligence
BSC	Balanced Scorecard
CIG	Comitê Institucional de Governança
DFD	Documento de Formalização da Demanda
ETP	Estudo Técnico Preliminar
IA	Inteligência Artificial
MMD-TC QATC	Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas - Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas
PPA	Plano Plurianual

LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
PCA	Plano de Contratações Anual
PAF	Plano Anual de Fiscalização
PAFC	Plano Anual de Formação e Capacitação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SICAP	Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
TCETO	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
TCU	Tribunal de Contas da União
TR	Termo de Referência

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL. **Diagnóstico dos Tribunais de Contas do Brasil: avaliação da qualidade e agilidade do controle externo.** Brasília-DF: ATRICON, 2022.

_____. **Marco de Medição do Desempenho – Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-QATC).** Brasília: ATRICON, 2022.

TOCANTINS. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS. **Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.** Palmas: TCE/TO, 2002.

_____. **Resolução Administrativa TCE/TO nº. 03/2009.** Palmas: TCE/TO, 2009.

_____. **Plano de Gestão Estratégica 2010-2014.** Palmas: TCE/TO, 2010.

_____. **Plano Estratégico 2016-2021.** Palmas: TCE/TO, 2016.

_____. **Portarias TCE/TO N°s. 484/2022, 598/2022.** Palmas: TCE/TO, 2021.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Plano Estratégico 2019-2025.** Brasília-DF: TCU, 2019.

_____. **Plano Estratégico 2015-2021.** Brasília-DF: TCU, 2019.

GOIÁS. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS. **Plano Estratégico 2021- 2030.** Goiânia: TCE/GO, 2022.

MINAS GERAIS. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Plano Estratégico 2021-2026.** Belo Horizonte: TCE/MG, 2021.

MATO GROSSO. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO. **Plano estratégico: gestão 2018-2019.** Cuiabá: PubliContas, 2019.



Plano de Gestão

do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

2025-2026

